
INSERÇÃO E RENDIMENTOS DO TRABALHO DOMÉSTICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Wilson F. Menezes¹

1. INTRODUÇÃO

A participação do trabalho doméstico na ocupação da Região Metropolitana de Salvador (RMS) é mais significativa que a participação do trabalho industrial. Efetivamente, a ocupação doméstica representa 10,4% da ocupação da RMS, quando o peso da indústria de transformação é de 8,3% e da construção civil 5,3%. São aproximadamente 126 mil trabalhadores domésticos contra 106 mil na indústria e 67 mil na construção civil.

Um dos principais aspectos que explicam a permanência da ocupação doméstica na RMS e mesmo no país como um todo, é a presença na sociedade de um grande contingente de pessoas sem escolaridade e tecnicamente desqualificadas, que em busca de uma condição de sobrevivência aceitam qualquer tipo de atividade econômica em troca de uma remuneração ou mesmo um pagamento em espécie. A consequência desse quadro aparece com muita nitidez no processo desigual da distribuição da renda. A desigualdade de oportunidades alimenta a desigualdade dos rendimentos e vice-versa, alimentando uma roda viva de difícil escape para aqueles que são alcançados pelo seu movimento contínuo.

A forte presença de trabalhadores domésticos no seio das famílias da RMS, bem como seu peso relativo em face de setores economicamente mais importantes, faz com que a problemática do trabalho doméstico transcenda ao contingente específico desses trabalhadores, permitindo uma avaliação das condições de funcionamento do mercado de trabalho como um todo, com fortes rebatimentos sobre as condições e nível da demanda agregada, importante elemento motor para se alçar um pleno desenvolvimento social e econômico dessa região metropolitana. A sociedade encara essa ocupação como subalterna (Melo, 1998), mas é preciso lembrar ainda que a própria sociedade se mantém subalterna quando explora uma ocupação tão atrasada e, muitas vezes, completamente fora do circuito mercantil.

São poucos os estudos nessa temática no Brasil. Um quadro do serviço doméstico no Brasil pode ser montado através do acompanhamento dos trabalhos realizados pela Professora Hildete Melo da Universidade Federal Fluminense. Dessa forma, Melo, Pessanha e Parreiras (2002), utilizando dados da PNAD, apresenta um estudo sobre a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. Nesse estudo ficam evidenciados os baixos rendimentos dos trabalhadores domésticos, mas também aponta uma evolução de rendimentos superior àquela do conjunto dos trabalhadores brasileiros e da categoria dos metalúrgicos em particular. Assim, em 1992, a média de remuneração dos domésticos sobre a média do total de ocupados nas principais regiões metropolitanas do país representava 27,58%, tendo esse percentual aumentado para 32,17% em 1999. Com relação aos trabalhadores metalúrgicos essa proporção era de 20,93% em 1992 e de 30,41% em 1999. Percentuais que caracterizam, sem dúvida, uma melhoria nos padrões de remuneração dos trabalhadores domésticos, se não fossem os baixos salários que essas pessoas auferem, uma média de R\$ 227 para o país metropolitano como um todo.

¹ Doutor em Economia pela Universidade de Paris I e Professor do CME-UFBa.

Melo (1998) traça a importante realidade do serviço doméstico remunerado no país como um todo e nas principais grandes regiões. Nesse trabalho, o serviço doméstico é apresentado como refúgio de trabalhadores com baixa escolaridade. São crianças e jovens migrantes, na maioria provenientes de áreas rurais, que acabam por encontrar uma possibilidade de inserção no mercado de trabalho através dessa porta de entrada. O serviço doméstico se apresenta então como um verdadeiro bolsão de ocupação precária para uma mão-de-obra eminentemente feminina com pouca escolaridade e sem treinamento específico.

É interessante distinguir duas problemáticas bem diferenciadas que envolvem os trabalhadores domésticos. A primeira diz respeito às diaristas, com moradia externa ao domicílio da patroa, as quais são fundamentalmente mulheres pobres com filhos menores que habitam nas periferias dos centros urbanos e, face às grandes dificuldades de inserção, alcançam suas sobrevivências através da prestação de serviços domésticos. A segunda tem a ver com a preferência de algumas patroas, que, em decorrência de suas necessidades (não raramente relativas a trabalho), preferem trabalhadoras domésticas que habitem na residência em que trabalham. No primeiro caso, percebe-se a formação de uma identidade profissional por parte da trabalhadora, bem como uma maior “liberdade” da patroa, que mantém seu espaço domiciliar restrito às pessoas da própria família, sem a presença de pessoas “estranhas”, sobretudo nas horas de descanso. Enquanto que o segundo caso caracteriza relações mais atrasadas e reminiscências de tempos passados, as quais impõem outros tantos custos à família empregadora, tais como alojamento e refeições. Talvez seja por isso que as diaristas e mensalistas vêm relativamente aumentando em detrimento da proporção das que habitam os lares em que laboram.

Este artigo estuda os elementos que levam uma pessoa ao mercado de trabalho enquanto doméstica, bem como analisa os determinantes dos rendimentos desse segmento de mercado de trabalho. Além dessa introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais três partes. A segunda se ocupa da apresentação de alguns indicadores estatísticos, quando se verifica a composição desse segmento de mercado de trabalho por alguns atributos econômicos e não econômicos. Na terceira parte, objetivando estimar os elementos que levam uma pessoa ao mercado de trabalho como doméstica, apresenta-se a modelação *probit*, os procedimentos para eliminação de eventuais vieses de seleção da amostra e o modelo de regressão para se calcular os determinantes dos rendimentos dessas pessoas. Na quarta parte são apresentados os principais resultados colhidos nos procedimentos econométricos. Finalmente algumas considerações adicionais e conclusivas são avançadas.

2. AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Uma análise da composição relativa da presença dos domésticos no mercado de trabalho da RMS possibilita algumas informações importantes, como pode ser verificado com o auxílio da Tabela 1. A primeira constatação que se tira das estatísticas é o grande peso da participação feminina nas ocupações que compõem o trabalho doméstico. Com efeito, 93% dos trabalhadores domésticos da RMS são mulheres, uma participação muito superior aos 53,9% das mulheres no conjunto da ocupação dessa região metropolitana. Esse mesmo peso se verifica em relação aos desempregados, já que 95,9% dos desempregados domésticos são mulheres, contra 52,7% das mulheres no conjunto do desemprego da RMS.

Outra constatação advém do fato de que a profissão de doméstico é eminentemente negra na RMS. Isso porque 94,8% dos trabalhadores domésticos são negros, quando a participação dos negros na ocupação total é de 85,7%. O peso dos negros no desemprego

doméstico é ainda mais significativo, pois enquanto os negros representam 90,8% do desemprego da RMS, eles são nada menos que 97,4% quando se trata do emprego doméstico. A participação dos brancos é, portanto, minoritária nessas ocupações, 5,2% contra 14,3% na ocupação total, e praticamente inexistente no desemprego, 2,6%, quando os brancos representam 9,2% do desemprego total da RMS.

No que diz respeito à condição legal dos trabalhadores domésticos tem-se que 69,1% deles não têm carteira de trabalho assinada, contra 60,4% dos sem carteira no conjunto da ocupação da RMS. Uma diferença de 8,7 pontos percentuais, sem dúvida, é significativa, mas provavelmente não autoriza afirmar que essa categoria difere muito do conjunto dos trabalhadores, quando se sabe que 60,4% deles não possuem registro em carteira. Pode-se então dizer que o mercado de trabalho do conjunto da RMS se apresenta muito precário em várias de suas particularidades, mas o segmento do mercado de trabalho constituído pelos domésticos é um pouco mais precário. Não se pode esquecer que, a grande precariedade enfrentada por esse segmento de trabalhadores vai além do não registro em carteira, essa precariedade aparece principalmente na ausência de direitos referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do seguro desemprego, dentre outros direitos estabelecidos em lei para o conjunto dos trabalhadores, mas ainda não reconhecidos para os trabalhadores domésticos.

Tabela 1 – COMPOSIÇÃO RELATIVA DOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS

Atributo	Ocupados		Desempregados	
	Domésticos	RMS	Domésticos	RMS
Sexo				
Homem	7,0	53,9	4,1	47,3
Mulher	93,0	46,1	95,9	52,7
Cor				
Branco	5,2	14,3	2,6	9,2
Negro	94,8	85,7	97,4	90,8
Condição legal				
Com carteira profissional	30,9	39,6		
Sem carteira	69,1	60,4		
Condição de moradia				
Mora no domicílio que trabalha	28,3	2,9		
Mora na própria residência	71,7	97,1		

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

A Tabela 1 permite ainda observar outro aspecto importante, o qual advém da condição de moradia dos trabalhadores domésticos. Quando 28,3% deles moram no próprio domicílio em que trabalham, dá para perceber que a senzala ainda encontra sua casa grande nas residências das famílias dessa região metropolitana. Essa constatação resulta em grande parte da grande desigualdade da distribuição da renda tanto local quanto no cenário nacional, em que as famílias com rendimentos mais elevados pagam os serviços domésticos às pessoas de baixas qualificações tornando esses serviços relativamente acessíveis em termos de salários. Por outro lado, pode-se dizer que esse alto percentual de trabalho doméstico com moradia no domicílio dos empregadores resulta de um aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, sem que as condições infraestruturais urbanas (creches, escolas pré-primárias etc.) acompanhem essa necessidade. Dessa forma, a mulher deve se

apresentar cada vez mais no mercado de trabalho, passando, portanto, a demandar serviços domésticos, principalmente quando se tem criança pequena, de maneira a liberar o tempo da mulher para que a mesma possa se dirigir ao mercado de trabalho².

Os resultados obtidos nas Tabelas 2 e 3 confirmam a existência de uma significativa diferenciação de rendimentos entre os trabalhadores domésticos da RMS. A diferenciação de rendimentos do trabalho parece ser mais forte entre os sexos que entre as cores. Enquanto o rendimento médio do trabalho foi estimado em R\$ 221 para os homens e em R\$ 166 para as mulheres; enquanto que por cor esse rendimento foi calculado em R\$ 187 para os brancos e em R\$ 169 para os negros. As estatísticas t garantem que efetivamente esses rendimentos são diferentes entre homens e mulheres, enquanto que a diferença entre brancos e negros se faz a 4,5% de confiabilidade estatística.

Quanto aos rendimentos não provenientes do trabalho, percebem-se médias muito baixas. Isso pode ser verificado tanto para homens e mulheres, quanto para brancos e negros. Ademais, esses rendimentos não são estatisticamente diferenciados nem por sexo nem por cor, além de apresentarem uma variabilidade muita elevada, fazendo crer que um percentual muito pequeno de trabalhadores domésticos auferem verdadeiramente esses rendimentos.

TABELA 2 – MÉDIAS DE ALGUNS ATRIBUTOS PESSOAIS POR SEXO

Atributo	Homem		Mulher		Teste das médias	
	Média	DP	Média	DP	Estatística t	Sig t
Renda total do trabalho	221,18	105,47	166,65	69,48	7,284	0,000
Outras rendas	3,56	25,20	4,29	31,12	-0,228	0,819
Escola	4,51	3,26	5,45	3,18	-2,849	0,004
Estabilidade	4,67	6,07	3,68	5,98	1,610	0,108
Experiência	22,86	13,50	21,48	12,77	1,046	0,296
Idade	33,38	12,51	32,92	11,38	0,384	0,701
Horas mensais de trabalho	214,12	71,86	183,97	80,33	3,663	0,000

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

A escolaridade média dos homens é significativamente inferior à das mulheres. Assim, enquanto os homens com trabalho doméstico detêm, em média, 4,5 anos de escolaridade, as mulheres nessa mesma condição possuem 5,5 anos. A estabilidade dos homens, medida pelo tempo que o indivíduo se encontra na ocupação, se mostrou menor que a das mulheres, embora com um grau de significância muito elevado (10,8%).

A experiência e a idade não apresentam diferenças significativas entre homens e mulheres. Os homens possuem em média 22 anos de experiência, com desvio padrão de 13 anos; enquanto as mulheres têm 21 anos, com desvio em torno da média de 12 anos. Os homens têm uma idade média de 33 anos, cujo desvio padrão foi de 12 anos; enquanto a idade média das mulheres é de 32 anos, com desvio padrão de 11 anos. Isso significa dizer que idade e experiência se confundem tanto para homens quanto para mulheres, confirmando, portanto, o baixo grau de escolaridade dessas pessoas.

² Melo (1998) aponta que a profissionalização do trabalho doméstico tem favorecido o crescimento das diaristas e, por conseguinte, o desaparecimento das domésticas que residem na casa da patroa. Consideramos que essa constatação é perfeitamente válida enquanto tendência, mas o percentual de domésticos que ainda habitam na residência dos patrões ainda é muito elevado, pelo menos na RMS.

Quanto às horas mensais de trabalho, percebe-se uma diferença significativa entre homens e mulheres. Assim, enquanto os homens enfrentam, em média, 214 horas de trabalho no mês, tem-se que as mulheres detêm uma média de 183 horas/mês de trabalho. Considerando uma média legal de trabalho de 198 horas por mês, pode-se argüir que os homens do trabalho doméstico enfrentam, em média, uma jornada de trabalho superior à legal, enquanto que as mulheres o fazem em uma média menor que ao exigido por lei.

TABELA 3 – MÉDIA DE ALGUNS ATRIBUTOS PESSOAIS POR RAÇA

Atributo	Branco		Negro		Teste das médias	
	Média	DP	Média	DP	Estatística t	Sig t
Renda total do trabalho	187,00	87,31	169,55	72,96	2,007	0,045
Outras rendas	2,63	22,94	4,33	31,11	-0,468	0,640
Escola	5,07	3,15	5,40	3,20	-0,898	0,369
Estabilidade	3,99	6,82	3,73	5,95	0,362	0,718
Experiência	22,83	14,86	21,50	12,70	0,877	0,318
Idade	33,89	13,40	32,90	11,34	0,736	0,462
Horas mensais de trabalho	196,64	86,36	185,49	79,75	1,181	0,238

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

A escolaridade média dos trabalhadores domésticos brancos foi calculada em 5 anos, enquanto que para os negros essa média é de 3 anos. Entretanto, como a significância estatística só se verifica a um grau de confiança de 36,9%, pode afirmar que essas médias são praticamente as mesmas para brancos e negros. O mesmo acontece para as estabilidades na ocupação dos brancos e negros. Assim, apesar de uma média inferior para os brancos (4 contra 6 anos), a significância estatística foi muito fraca (71,8%).

Experiência e idade médias não se mostraram significativamente diferenciadas entre brancos e negros do trabalho doméstico. A experiência média dos brancos foi estimada em 22 anos, enquanto a dos negros foi de 21 anos. A idade média dos brancos foi de 33 anos e a dos negros foi de 32 anos.

Uma avaliação das horas mensais de trabalho permite observar que os brancos trabalham uma média de 196 horas mensais, praticamente o número de horas exigido por lei; enquanto os negros apresentaram uma média mensal de trabalho em torno de 185 horas, ou seja, um pouco inferior à jornada média legal. Entretanto, como a significância dessas médias é muito franca, pode-se afirmar que estatisticamente elas são basicamente as mesmas.

Os rendimentos médios das principais ocupações do segmento de mercado de trabalho dos domésticos na RMS podem ser visualizados por sexo (Tabela 4). Nessas ocupações, a média do rendimento do trabalho do homem (R\$ 447) é superior à média da mulher (R\$ 174). A ocupação melhor remunerada é a de motorista, principalmente quando se trata de motorista do sexo feminino, a ressalva que se coloca é que essa ocupação é eminentemente masculina e sua participação relativa entre as dez ocupações mais frequentes é muito pequena (1,4%). Os cozinheiros, que também apresentam uma participação relativa muito baixa (1,8%) no conjunto das dez principais ocupações, recebem os segundos melhores rendimentos médios, esses rendimentos se mostram bem diferenciados entre homens e mulheres dessa ocupação. Vale destacar a ocupação de empregado doméstico, que tem um peso relativo de 76,4% entre as dez ocupações mais importantes. Esses trabalhadores ganham em média R\$ 177 quando homens e R\$ 166

quando mulheres. Com exceção de babá e acompanhante de idosos, todas as demais principais ocupações apontam os rendimentos dos homens mais elevados que os rendimentos das mulheres.

TABELA 4 – RENDIMENTO NAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES POR SEXO

Ocupações	Homem		Mulher	
	Média	DP	Média	DP
Cozinheiro	381	280	238	231
Empregado doméstico	177	32	166	71
Babá	20	-	104	80
Acompanhante de idosos	120	85	183	103
Caseiro	191	73	196	113
Faxineiro	236	108	187	96
Lavadeira e passadeira	320	42	83	64
Vigia	362	286	332	12
Jardineiro	202	72	247	-
Motorista	664	580	1.219	985
Total	447	447	174	145

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

TABELA 5 – RENDIMENTO NAS PRINCIPAIS OCUPAÇÕES POR COR

Ocupações	Branco		Negro	
	Média	DP	Média	DP
Cozinheiro	317	304	258	240
Empregado doméstico	173	83	166	71
Babá	185	121	98	75
Acompanhante de idosos	196	86	176	106
Caseiro	180	42	193	78
Faxineiro	236	105	206	104
Lavadeira e passadeira	96	62	86	70
Vigia	359	99	362	294
Jardineiro	190	15	204	74
Motorista	811	601	656	589
Total	388	427	266	312

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

Os rendimentos das principais ocupações do trabalho doméstico da RMS podem ainda ser observados por cor (Tabela 5). Uma análise dessa tabela permite afirmar que os rendimentos médios dos trabalhadores domésticos brancos (R\$ 388) são mais elevados que os dos negros (R\$ 266). Os motoristas independentemente da cor compõem a ocupação melhor remunerada, muito embora haja um diferencial de ganhos entre brancos e negros. Em um segundo plano aparecem os vigias e os cozinheiros. Levando-se em consideração os desvios padrão, nenhuma ocupação apresenta rendimentos dos negros superiores aos rendimentos dos brancos. Lavadeiras e passadeiras são as ocupações piores remuneradas, tanto para brancos (R\$ 96) quanto para negros (R\$ 86).

3. O MODELO E OS PROCEDIMENTOS ECONOMÉTRICOS UTILIZADOS

A metodologia padrão para análise dos rendimentos consiste na aplicação do instrumental econométrico sobre uma amostra com dados transversais ou em painel, tal como a maior parte dos estudos dessa natureza. Para analisar a formação do rendimento dos trabalhadores domésticos da Região Metropolitana de Salvador, considera-se, inicialmente, o seguinte modelo:

$$\text{Ln}w_i = \beta X_i + \gamma S_j + e_i \quad (1)$$

onde $\text{Ln}w_i$ é o logaritmo neperiano do rendimento do trabalhador i ; X_i é a matriz de atributos produtivos e não produtivos que pretensamente afeta o seu rendimento; S_j é a *dummy* de intercepto que indexa o segmento de trabalhadores domésticos no mercado de trabalho; e_i é o termo aleatório que representa os possíveis erros de medida da variável dependente, bem como todos os demais fatores não explicitados na equação, o qual admite-se ter distribuição de probabilidade normal com média zero e variância σ^2 e β e γ são os parâmetros a serem estimados, sendo que γ representa a diferença dos interceptos dos diferentes segmentos do mercado de trabalho considerados. Deve-se ressaltar que, de acordo com o procedimento padrão, o diferencial dos interceptos é o elemento que permite estabelecer as diferenças dos diferentes rendimentos entre os segmentos de trabalhadores no mercado de trabalho.

O ajustamento desse modelo, entretanto, apresenta alguns problemas. Um primeiro problema diz respeito ao método de estimação. Esse problema fica mais evidente quando se desagrega a equação anterior em função dos segmentos do mercado de trabalho (S_j). Assim, o modelo anterior toma a seguinte forma:

$$S_j = -(\alpha/\gamma) + (1/\gamma)\ln w_i - (\beta/\gamma)X_i - (1/\gamma)e_i \quad (2)$$

As equações (1) e (2) são iguais sob o ponto de vista matemático e lógico, mas não são para a econometria. Na primeira equação, o rendimento está determinado pelos atributos X_i e pelos segmentos S_j , ou seja, dados os atributos e os segmentos, pode-se encontrar os rendimentos. Enquanto que a segunda equação estabelece que, para um determinado nível de rendimentos e dados níveis de atributos X_i , haverá uma demanda por trabalho, representada por probabilidades, nos diferentes segmentos S_j . A grande diferença entre as duas equações é que, em verdade, elas não constituem funções, mas sim relações, de forma que o sentido de causalidade importa muito, mesmo que não se saiba exatamente se o seu sentido vai dos atributos X_i e dos segmentos S_j aos salários ou dos salários e atributos X_i aos segmentos S_j .

Assim, desde que o método dos mínimos quadrados permite o cálculo de funções e não de relações, tem-se que o uso da primeira ou da segunda equação apresentará resultados diferentes quanto aos sinais, além da possibilidade de se obter valores para a probabilidade R_j maiores que um ou menores que zero. Esses fatos põem em evidência conseqüências cruciais na interpretação dos resultados. Para manter a probabilidade R_j no intervalo $[0, 1]$, deixa-se de utilizar o método dos mínimos quadrados e passa-se a estimar a equação (2) através de modelos probabilísticos do tipo *probit* e *logit*.

A função *probit* se enquadra perfeitamente bem a essa necessidade. Essa função encontra-se relacionada com a distribuição de probabilidade normal padronizada,

permitindo, portanto, a consideração de coeficientes angulares variáveis, isto é, não constantes, diferentemente daquilo que vislumbra a equação (1).

Vale lembrar que a função *probit* pode ser especificada da seguinte forma. Se Z é uma variável aleatória normal padronizada, sua função de densidade de probabilidade pode ser definida por:

$$f(z) = 1/(2\pi)^{1/2} e^{-0,5z^2} \quad (3)$$

e a função probit fica definida por:

$$f(z) = P[Z \leq z] = \int_{-\infty}^z [1/(2\pi)^{1/2}] e^{-0,5u^2} du \quad (3)$$

Essa expressão matemática expressa a probabilidade de uma variável aleatória normal padronizada estar à esquerda do ponto z , cuja representação geométrica é dada pela área sob a função densidade de probabilidade normal padronizada à esquerda de z . Em termos estatísticos, a função probit expressa a probabilidade p de y assumir o valor 1, tal como segue:

$$p = P [Z \leq \beta_1 + \beta_2 x] = F(\beta_1 + \beta_2 x) \quad (4)$$

onde F é a função probit. Essa função é não-linear, já que a equação (4) é não-linear de β_1 e β_2 . Assim, se β_1 e β_2 forem conhecidos, pode-se encontrar a probabilidade de um indivíduo pertencer ao segmento de mercado de trabalho dos trabalhadores domésticos.

Passa-se, então, a estimar esses parâmetros. Considere-se que um indivíduo ao pertencer ao segmento do mercado de trabalho dos domésticos assume o valor um ($y=1$), caso contrário ele assume o valor zero ($y=0$). A probabilidade para y é dada por:

$$f(y) = p^y (1-p)^{1-y} \quad (5)$$

onde $y = (0, 1)$ e p = probabilidade de y assumir o valor 1. O valor esperado dessa variável discreta é dado por $E(y) = p$. Combinando a equação (5) com a equação (4) chega-se na seguinte expressão:

$$f(y_i) = [F(\beta_1 + \beta_2 x_i)]^{y_i} [1 - F(\beta_1 + \beta_2 x_i)]^{1-y_i} \quad (6)$$

onde $y_i = 0, 1$ e busca-se estimar o efeito de uma variação de uma unidade em x , sobre a probabilidade de $y=1$. Esse efeito é captado pela derivada da função probit (4) e o resultado pode ser expresso por:

$$dp/dx = [dF(t) / dt] [dt/dx] = f(\beta_1 + \beta_2 x) \beta_2 \quad (7)$$

onde $t = \beta_1 + \beta_2 x$ e $f(\beta_1 + \beta_2 x)$ é a função densidade de probabilidade normal padronizada, calculada em $\beta_1 + \beta_2 x$. Esse resultado foi alcançado pela aplicação a regra da cadeia da diferenciação, possibilitando a estimativa dos parâmetros desconhecidos, os quais passa-se a denominar de b_1 e b_2 .

Um segundo problema diz respeito a um possível viés de seleção presente na

amostra. Normalmente, regressa-se o salário em função de variáveis explicativas (X_i) das pessoas ocupadas, deixando-se de fora os desempregados e os inativos. Isso se dá em virtude dos desempregados e dos inativos não possuírem empregos remunerados, provavelmente em decorrência de apresentarem-se ao mercado com salários de reserva mais elevados que os salários que o mercado lhes oferecem. Por isso mesmo, não se pode observar o que se passa com os salários dos desempregados e dos inativos, dado que por definição eles não os possuem, mas a amostra utilizada (referente apenas aos ocupados) pode não ser, necessariamente, representativa de toda a população, havendo, por conseguinte, um viés de seleção, que conduzirá inexoravelmente a conclusões falsas. Para esse tipo de problema, Heckman (1979) propõe uma solução no mínimo engenhosa, que consiste em regressar, inicialmente, uma equação análoga à (2), através do modelo *probit*, para observar qual a probabilidade de uma pessoa participar do mercado de trabalho, seja essa pessoa ocupada, desempregada ou inativa. Em seguida, com o uso dos estimadores encontrados, calcula-se uma nova variável, denominada de função inversa de Mills, com a qual volta-se à regressão da equação (1) adicionada dessa nova variável.

Diante do exposto, pode-se estabelecer a seguinte seqüência para os procedimentos mencionados, os quais dar-se-ão em duas etapas:

1. Estima-se uma equação de participação para cada região r de um mesmo grupo k de pessoas, utilizando-se o modelo *probit*, que permitirá obter, através da determinação da razão inversa de Mills, uma nova variável. A equação abaixo apresenta o modelo a ser estimado.

$$P_D = \alpha + \beta X_i + e_i \quad (D=0, 1) \quad (8)$$

Deve-se ressaltar que a variável P_D representa a probabilidade dos indivíduos pertencentes ao grupo de trabalhadores domésticos encontrarem-se ou não na força de trabalho, de maneira que essa variável dicotômica tomará o valor unitário quando a pessoa estiver ocupada ou desempregada e zero quando a pessoa estiver inativa. Assim, quando $P = 1$, significa dizer que o indivíduo compatibilizou seu salário de reserva com o salário oferecido pelo mercado e, por isso mesmo, aceitou exercer uma atividade econômica remunerada. Por outro lado, quando $P = 0$, significa dizer que os salários de reserva, de alguma forma, encontram-se acima dos salários oferecidos no mercado, ou por alguma razão o indivíduo se manteve fora do mercado de trabalho, aumentando as estatísticas do desemprego disfarçado de inatividade, de maneira que o indivíduo se encontra fora do mercado de trabalho. Vale lembrar que β mede o efeito de uma mudança nos respectivos vetores de atributos produtivos e não produtivos das pessoas pertencentes a esse grupo sobre a decisão delas aceitarem exercer uma ocupação remunerada como trabalhador doméstico.

2. Calcula-se a razão inversa de Mills para o conjunto analisado de trabalhadores, que consiste em estimar:

$$\lambda = \phi (\beta X_i / \sigma_0) / \Phi (\beta X_i / \sigma_0) \quad (9)$$

onde ϕ é a função de densidade normal padronizada e Φ é a sua função cumulativa. Em seguida, introduz-se essa variável nas equações de rendimento para corrigir possíveis problemas de viés de seleção amostral, que decorrem do fato de serem tomados apenas os

trabalhadores ocupados e com rendimentos positivos. Esse procedimento permitirá obter estimadores consistentes para os parâmetros das equações de salários. Assim, estima-se, através do método dos mínimos quadrados, uma equação de (logaritmo neperiano dos) rendimentos para o conjunto analisado de pessoas:

$$\ln w_D = \alpha + \beta X_i + \lambda + e_i \quad (6)$$

onde $\ln w$ é o logaritmo neperiano dos salários, X_i é o vetor de características do trabalho e atributos pessoais produtivos e não produtivos, λ é a razão inversa de Mills e e_i é o erro, o qual se admite ser normalmente distribuído com média zero e desvio padrão igual a unidade.

4. OS RESULTADOS

Para entender melhor os diferenciais de rendimentos, independentemente daquilo que é perfeitamente justificado por diferentes características do trabalho e distintas distribuições de atributos dos trabalhadores, procedeu-se uma avaliação seletiva, a partir de uma amostra retirada das bases PED para a Região Metropolitana de Salvador, para os anos 2002 e 2003. Essa amostra considerou um total de mais de 11.285 indivíduos. Estabeleceram-se, então, cortes para as pessoas com menos de 10 anos e mais de 65 anos de idade, de maneira que a amostra total foi reduzida para 11.285 pessoas.

Deve-se ressaltar, entretanto, que as observações consideradas nas regressões dos rendimentos do trabalho mostram-se ainda menores, tendo em vista que apenas os ocupados com rendimentos positivos são considerados, não se incorporando, portanto, os desempregados e os inativos. Essa consideração reduziu a amostra para 1.203 pessoas ocupadas.

Para o cálculo das equações de participação das pessoas no mercado de trabalho foram consideradas as seguintes variáveis:

1. Escolaridade (escola) – medida em anos.
2. Experiência (exper) – medida em anos, calculada pela fórmula padrão (idade – escolaridade – 6 anos).
3. Experiência ao quadrado (expqua).
4. Existência de filhos (dumfilho) – tem filho = 1; caso contrário = 0.
5. Existência de filho com até 2 anos (dumfilh2) – tem filho = 1; caso contrário = 0.
6. Existência de filho entre 3 e 6 anos (dumfilh6) – tem filho = 1; caso contrário = 0.
7. Rendimentos não provenientes do trabalho (outrend) – medida em reais.
8. Cor do indivíduo (cor) – branco = 1; negro = 0.
9. Sexo do indivíduo (sexo) – homem = 1; mulher = 0.
10. Condição de migrante (migra) – migrante = 1; não migrante = 0.
11. Condição de novo migrante (novmigr) – com até 3 anos = 1; demais migrantes = 0.

Para a estimativa das equações de rendimentos do trabalho das pessoas ocupadas foram adotadas, além da variável dependente “logaritmo neperiano do rendimento total do trabalho” (rendimento do trabalho principal mais rendimento do trabalho secundário, quando for o caso), as seguintes variáveis independentes:

1. Logaritmo natural da escolaridade (lnescola) – medida em anos.
2. Logaritmo natural da idade (lnidade) – medida em anos.
3. Logaritmo natural da estabilidade na ocupação (lnestab) – medida em anos e representa o tempo que o indivíduo encontra-se na mesma ocupação.

4. Condição de doméstico na família (posfam) – doméstico = 1; caso contrário = 0.
5. Sexo do indivíduo (sexo) – homem = 1; mulher = 0.
6. Condição de cônjuge na família (conjfam) – cônjuge = 1; caso contrário = 0.
7. Condição de chefe na família (cheffam) – chefe = 1; caso contrário = 0.
8. Condição de migrante (migra) – migrante = 1; não migrante = 0.
9. Condição de possuir carteira de trabalho (carteir) – com carteira = 1; caso contrário = 0.
10. Condição de ser assalariado mensalista ou diarista (mensdia) – assalariado mensalista ou diarista = 1; caso contrário = 0.

4.1 RESULTADOS DA EQUAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

Uma inspeção da Tabela 6 permite observar que, com exceção da variável dummy filhos com idade entre 3 e 6 anos, todos os parâmetros estimados foram estatisticamente significativos e diferentes de zero, resultado esse garantido pela estatística Wald. Na seqüência, apresentam-se os principais resultados obtidos nas equações de participação, os quais seguem a ordem de visualização nas tabelas, as respectivas significâncias dos resultados podem ser avaliadas na última coluna da tabela.

Os resultados revelam que níveis mais elevados de escolaridade encontram-se associados a menor presença da pessoa na condição de emprego doméstico. Essa relação pode estar refletindo o grau de precariedade desse segmento de mercado de trabalho, cujas condições para uma inserção são mínimas em termos de escolaridade formal.

TABELA 6 - EQUAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Variáveis	B	DP	Wald	Sig
Constante	.	0,071	26,144	0,000
Escolaridade	-0,1600	0,004	1273,264	0,000
Experiência	0,0190	0,004	24,019	0,000
Experiência ²	0,0008	0,000	127,530	0,000
Filho	-0,1760	0,037	22,617	0,000
Filho até 2 anos	-0,1810	0,056	10,456	0,001
Filho entre 3 e 6 anos	0,0508	0,042	1,4900	0,222
Outros rendimentos	-0,0014	0,000	30,729	0,000
Cor	-0,4700	0,057	68,966	0,000
Sexo	-1,4920	0,041	1309,777	0,000
Migrante	0,1730	0,030	32,894	0,000
Novo migrante (até 3 anos)	0,2600	0,053	24,353	0,000
Teste da RV 7.152,528		Pseudo R ² Nagelkerke = 0,338		No. Obs. 11.285

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

Por outro lado, a maior experiência mantém o indivíduo nessa mesma condição, de maneira que se estabelece uma relação direta entre o nível de experiência e a probabilidade de se encontrar no segmento dos domésticos no mercado de trabalho. Entretanto, essa relação se torna inversa à medida que a experiência vai sendo aumentada ao longo do tempo, como atesta o sinal negativo do coeficiente da experiência ao quadrado, ou seja, a experiência induz as pessoas a participar desse segmento de mercado de trabalho, muito embora isso aconteça a taxas decrescentes.

A existência de filhos aumenta a probabilidade da pessoa sair do segmento de domésticos no mercado de trabalho, da mesma forma que a existência de filhos com até 2

anos de idade. Enquanto que a presença de filhos entre 3 e 6 anos de idade aumenta a probabilidade da pessoa se manter nesse segmento de mercado de trabalho. Provavelmente esses sinais tenham explicações bem diferenciadas. Por exemplo, a presença de filhos, independentemente da idade, induz a pessoa a procurar novos horizontes em termos de ocupação, isso é possível quando se trata de filhos com idade maior que 6 anos, principalmente quando eles são adultos, liberando as pessoas das responsabilidades mais imediatas e permitindo que as mesmas passem a procurar melhores condições de trabalho e remunerações mais elevadas. Enquanto que o período em que os filhos têm até 2 anos de idade, efetivamente faz com que as pessoas se retirem desse segmento de mercado de trabalho, dessa vez para cuidar do(s) filho(s) menor(es). A existência de filhos com idade entre 3 e 6 anos aumentam as responsabilidades relativas à sobrevivência, de maneira que a presença nesse segmento de mercado de trabalho fica realçada.

O controle através da variável outras rendas (a qual incorpora outras rendas pessoais, tais como aposentadoria, pensão, seguro desemprego, entre outras) mostrou-se estatisticamente significativo e negativamente correlacionado com a possibilidade do indivíduo estar vinculado a esse segmento de mercado de trabalho. Isso significa que quanto maior for o nível dessas rendas, menor será a probabilidade da pessoa estar de alguma forma ocupada ou desempregada nesse segmento de mercado de trabalho. Esse resultado revela que esse tipo de rendimento (exógeno ao mercado de trabalho) muito provavelmente estará negativamente correlacionado com o rendimento cuja fonte é o trabalho (renda endógena).

Ainda baseado nos resultados presentes na Tabela 6, pode-se observar que os indivíduos negros e as mulheres são probabilisticamente mais presentes nesse mercado de trabalho de domésticos. O mesmo resultado é observado para as pessoas originárias de outras localidades que não aquelas pertencentes à Região Metropolitana de Salvador. Vale ressaltar que a condição de recém chegado (até 3 anos de migração) não alterou essa condição de pertencimento a esse segmento de mercado de trabalho.

4.2 RESULTADOS DA EQUAÇÃO DE RENDIMENTOS

Os resultados contidos na Tabela 7 permitem afirmar que, para análises com dados em painel, o poder de explicação das regressões mostrou-se razoável, na medida que o R^2 foi de 0,24. O teste F também foi satisfatório (35,973). Todas as variáveis apresentaram baixos níveis significância, mesmo que diferenciados, como pode ser visualizado na referida tabela. Cabe ainda a informação de que a variável cor foi retirada das regressões de rendimentos, tendo em vista sua fraca significância estatística, significando dizer que os rendimentos dos trabalhadores domésticos da RMS, de certa forma, independem da condição de cor das pessoas envolvidas.

A escolaridade apresentou sinal positivo e significativo ao nível de 3,2%. Assim, quanto maior for o nível de escolaridade alcançado pelo indivíduo, maior também será a possibilidade dele auferir rendimentos mais elevados nesse segmento de mercado de trabalho. Apesar dos questionamentos quanto à representatividade dessa variável, ela pode ser tomada como medida indicativa dos diferenciais de produtividade. Entretanto, apesar da relação positiva com os rendimentos, pode-se afirmar que o nível de escolaridade dessas pessoas é muito incipiente; a relação direta apenas demonstra que esse mercado de trabalho é sensível às modificações das condições de escolaridade das pessoas.

A estabilidade ocupacional também apresentou uma relação positiva com os rendimentos, ou seja, quanto mais tempo a pessoa se mantém na ocupação doméstica mais

ela consegue auferir rendimentos mais elevados. Assim, como os resultados apontam, a estabilidade, que representa o tempo que o indivíduo se encontra na ocupação atual, mostrou-se positiva na regressão de rendimentos, mostrando-se, portanto, um importante elemento garantidor dos rendimentos dos trabalhadores domésticos.

TABELA 7 - EQUAÇÃO DE RENDIMENTOS COM CORREÇÃO

Variáveis	B	DP	t	Sig t
Constante	-0,732	0,270	-2,712	0,007
LnEscaridade	0,077	0,036	2,153	0,032
LnIdade	0,218	0,061	3,598	0,000
LnEstabilidade	0,026	0,009	2,807	0,005
Posição na Família	0,082	0,040	2,060	0,040
Sexo	0,180	0,068	2,640	0,008
Cônjuge na Família	0,167	0,039	4,309	0,000
Chefe na Família	0,145	0,043	3,392	0,001
Migrante	0,078	0,029	2,689	0,007
Carteira de trabalho	0,169	0,030	5,580	0,000
Mensalista e diarista	-0,554	0,040	-13,680	0,000
LAMBDA	0,032	0,104	0,311	0,756
R² ajustado = 0,242 Teste F = 35,973 Sig F = 0,000 N = 1.203				

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

A posição de doméstico na família retrata a condição do trabalhador morar na residência em que trabalha. Essa condição garante uma melhoria no rendimento auferido, como pode ser observado pelo sinal positivo dessa variável. Esse resultado se mostrou inesperado, dado que se imaginou inicialmente que o doméstico que não habita na residência em que trabalha poderia configurar uma situação de trabalho eventual que por se mesmo garantiria rendimentos mais elevados, como atesta o resultado referente à condição de mensalista e diarista. Dessa forma, o fato de morar na residência onde trabalha permite ganhos por hora menos elevados, em relação ao trabalho doméstico avulso, muito embora os rendimentos absolutos médios mostrem-se mais elevados para os mensalistas e diaristas.

Apesar da pequena participação relativa dos homens nesse segmento de mercado de trabalho, constatou-se que eles tendem a ganhar relativamente mais que as mulheres. Isso porque o sinal da variável sexo se mostrou positivo, garantindo, portanto, que os homens recebam rendimentos mais elevados que aqueles auferidos pelas mulheres.

Interessante notar que tanto a condição de cônjuge quanto à condição de chefe de família proporcionam uma relação direta com os rendimentos. Isso pode decorrer da própria condição precária desse segmento de mercado de trabalho, em que tanto o cônjuge como o chefe de família, diante de suas responsabilidades familiares (filhos e a própria sobrevivência), lança-se com maior afinco no mercado de trabalho, garantindo dessa forma rendimentos mais significativos.

O migrante garante rendimentos mais elevados em relação ao não migrante. Isso é previsto pelos teóricos do capital humano, dado que a condição de migrante pode perfeitamente ser considerada como um elemento constitutivo do capital humano. Dessa forma e por esse ângulo, o migrante possui mais capital humano que o não migrante nas mesmas condições relativas aos outros atributos. Como era de se esperar, o fato do trabalhador doméstico possuir um registro em carteira profissional, garantindo uma

formalização maior de seu emprego, garante a ele um rendimento maior, relativamente aos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada.

Por fim, percebe-se que a variável lambda (inversa de Mills), responsável pela identificação e correção de um eventual viés de seleção da amostra, se mostrou não significativa, significando dizer que não existe viés de seleção nesse segmento de mercado de trabalho, motivo pelo qual calculou-se uma regressão sem essa variável, tentando com isso se aproximar dos “verdadeiros” valores dos coeficientes das variáveis consideradas. É dessa regressão que se passa a analisar em seguida.

Como era de se esperar, os coeficientes das variáveis não se alteram significativamente quando se retira a variável lambda; ainda que os níveis de significância se apresentem um pouco melhores. Isso pode ser observado na comparação das últimas colunas das Tabelas 7 e 8. Considerando que os coeficientes estimados se mantêm na mesma ordem de importância e de valores, passa-se a apresentar, com base na Tabela 8, outra interpretação dos mesmos. Assim, pode-se dizer que para aumento de 10% da escolaridade, os rendimentos por hora dos trabalhadores domésticos são acrescidos apenas em 0,68%. O mesmo raciocínio pode ser feito para as demais variáveis contínuas, ou seja, para cada elevação em 10% da idade, os rendimentos por hora crescem em 2,08%. Enquanto que para cada aumento de 10% na estabilidade, os rendimentos por hora se elevam tão somente de 0,26%.

TABELA 8 - EQUAÇÃO DE RENDIMENTOS SEM CORREÇÃO

Variáveis	B	DP	t	Sig t
Constante	-0,672	0,188	-3,569	0,000
LnEscolaridade	0,068	0,021	3,188	0,001
LnIdade	0,208	0,051	4,054	0,000
LnEstabilidade	0,026	0,009	2,791	0,005
Posição na família	0,084	0,039	2,133	0,033
Sexo	0,166	0,053	3,133	0,002
Cônjuge na família	0,169	0,038	4,406	0,000
Chefe na família	0,146	0,043	3,418	0,001
Migrante	0,081	0,028	2,947	0,003
Carteira de trabalho	0,169	0,030	5,602	0,000
Mensalista e diarista	-0,554	0,040	-13,683	0,000
R ² ajustado = 0,243 Teste F = 39,591 Sig F = 0,000 N = 1.203				

Fonte: Cálculos dos autores com base nos dados da PED-RMS e PED-RMSP.

Por outro lado, os trabalhadores domésticos que habitam nos domicílios em que trabalham auferem, em média, uma remuneração por hora de trabalho 8,4% superiores aos que não moram na residência que trabalham. Os homens ganham por hora de trabalho, em média, 16,9% a mais que as mulheres; os cônjuges recebem 16,9% a mais em relação aos não cônjuges. Por outro lado, os chefes de família ganham 14,6% a mais que os não chefes; os migrantes auferem rendimentos por hora 8,1% superiores em relação aos não migrantes. Enquanto que os trabalhadores domésticos que possuem registro em carteira profissional ganham 16,9% mais que os sem carteira de trabalho assinada e, finalmente, os mensalistas e diaristas recebem 55,4% a menos por hora de trabalho em relação aos trabalhadores domésticos avulsos, significando dizer que o trabalho esporádico de doméstico é relativamente mais caro para as famílias que os contratam.

5. CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS E CONCLUSÕES

Fazendo uso da base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) da Região Metropolitana de Salvador (RMS), este trabalho buscou estimar e comparar os determinantes dos rendimentos dos trabalhadores domésticos.

Aplicando um modelo binomial *probit*, foram estimadas, pelo método de máxima verossimilhança, equações de participação desses trabalhadores. Objetivando corrigir os possíveis vieses de seleção, aplicou-se, com base nos coeficientes estimados nas equações de participação, o procedimento de Heckman (1979). Esse procedimento permitiu construir a variável *lambda*, ou razão inversa de Mills, com a qual ajustou-se a equação de rendimentos para o segmento analisado de trabalhadores. Com isso, alcançam-se estimativas dos parâmetros consistentes e não enviesadas quanto à seletividade da amostra, em decorrência do fato de apenas as pessoas ocupadas e com rendimentos positivos estarem presentes nos cálculos dos determinantes dos rendimentos.

Observa-se que os trabalhadores domésticos da Região Metropolitana de Salvador recebem mais quando possuem dotações mais elevadas de atributos de inserção ocupacional. Isso demonstra que existe uma flexibilidade relativamente forte desse segmento de mercado de trabalho, na medida em que os atributos econômicos e não econômicos agem sobre a determinação dos rendimentos dessas pessoas. Dessa forma, o mercado de trabalho tem agraciado atributos econômicos, tais como escolaridade, estabilidade, registro em carteira profissional e condição de migrante, mas, ao mesmo tempo, apontam algumas diferenciações em torno de atributos não econômicos. Assim, as mulheres recebem menos que os homens, enquanto que o fato de morar no domicílio que trabalha permite um diferencial positivo de rendimento. De outra parte, o fato de ser chefe ou cônjuge na família exige que essas pessoas se lancem de maneira mais “agressiva” no mercado de trabalho dos domésticos, de maneira que o retorno dessa “agressividade” aparece na forma de rendimentos mais elevados.

Diante dessas constatações, pode-se dizer que as políticas públicas voltadas para uma melhoria das condições de trabalho, bem como para os rendimentos dos trabalhadores, podem levar em consideração estudos dessa natureza, tendo em vista uma maior focalização das mesmas. Para uma melhoria de importantes aspectos do mercado de trabalho, as políticas sociais devem, portanto, objetivar um melhor conhecimento das especificidades dos diferentes agrupamentos de trabalhadores para que a efetividade das políticas tenha direcionamento focado e alcance significativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Heckman, J. Sample Selection Bias as a Specification Error. **Econometrica**, 47 (1), pp. 153-161, 1979.
- Hill, C; Griffiths, W; Judge, G. *Econometria*. São Paulo: Saraiva, 1999.
- Melo, H; Pessanha, M; Parreiras. Da cozinha para o mercado: a evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos 90. *Revista Gênero*, Niterói, NUTEG/UFF, v. 2, n. 2, 2002.
- Melo, H. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadores. Rio de Janeiro: IPEA, texto para discussão 565, junho de 1998.
- Melo, H; Pessanha, M; Parreiras. Fatores incidentes na evolução dos rendimentos dos trabalhadores domésticos nos anos noventa (mimeo), 2002.